20 MILHÕES DE EMPREGO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
buscando avançar além da conjuntura

Duílio Ávila Bêrni

Eduradi Grijó

"Human development has to occur prior to
or simultaneous with improvements in economic growth,
if a country is to reach a virtuous cycle."
[Ramirez, Ranis & Stuart]

"Um homem se humilha se castram seus sonhos.
Seu sonho é sua vida, e a vida é trabalho.
E sem seu trabalho, um homem não tem honra.
E sem sua honra, se morre, se mata".
[Gonzaguinha]

ABSTRACT
The paper discusses the economic consequences of a change in the pattern of income distribution in Brazil, shifting income from the upper classes to 20 million unemployed workers. It is argued that it is exagerated optimism to expect that, given the capital/labour ratio already achieved by the Brazilian economy, this amount of "surplus labour" will see employment opportunities in the formal sector of the economy. The mechanism designed to absorb this enormous amount of labour is the creation of the so-called "County Service", an ensemble of institutions devoted to create employment and provide low capital contents services mainly to households (children and elder) but also to help to maintain the urban services tidy.

RESUMO
O artigo discute as conseqüências econômicas de mudanças no padrão de distribuição da renda no Brasil, transferindo renda das classes de renda mais alta a 20 milhões de trabalhadores presentemente desempregados. Argumenta-se que é excessivo otimismo pensar que, dada a relação capital/trabalho já alcançada pela economia brasileira, este montante de excedente de mão-de-obra receba oportunidades de emprego no setor formal da economia. O mecanismo criado a fim de que este contingente populacional seja absorvido consiste na criação do assim chamado "Serviço Municipal", um conjunto de instituições destinadas a criar emprego e oferecer serviços de baixo conteúdo de capital por unidade de produção principalmente às famílias (crianças e velhos), mas também auxiliar a manter organizados os serviços urbanos.

KEY-WORDS: labour market; surplus labour; County Service.

PALAVRAS-CHAVE: mercado de trabalho; excedente de mão-de-obra; Serviço Municipal.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS[1]

Em 1973, a Crise do Petróleo encerrou a Era Dourada dos países capitalistas avançados, um período de quase 30 anos com crescimento acelerado de seu PIB. Por essa época, o PIB brasileiro experimentava um crescimento vigoroso, o que oferecia perspectivas otimistas sobre o desenvolvimento sócio-econômico nacional. Ainda que os 0,55 do índice de Gini da distribuição da renda postassem o país entre os mais desiguais do mundo[2], considerava-se que a industrialização pesada e o *drive* criativo da brasilidade tudo iriam compensar. Seriam geradas rendas per capita próximas às das economias centrais e, no devido tempo, a distribuição se tornaria igualitária, pois os mercados de fatores encarregar-se-iam de sinalizar a precificação adequada. O crescimento "milagroso" do PIB estancou alguns anos depois, quando ampliou-se a drenagem da poupança nacional para os países que contribuíram para o financiamento do crescimento no período assim findante. Todavia, pensar que cataclismos desta natureza obrigatoriamente deixarão seqüelas eternas é exagerar o sentimento de pleonexia[3] nacional.

Supondo que a drenagem de 8% do PIB seja requerida para enfrentar tal flagelo, poder-se-ia pensar que uma porção do tamanho do Rio Grande do Sul seria afastada do país. Todavia, tal não aconteceu: ainda que os 92% do PIB tenham permanecido intocados, pode-se chegar novamente a 100% em poucos períodos de crescimento errático ou dois anos de crescimento de 4,3% a.a., o que é um requisito inferior à média histórica do crescimento do PIB do Brasil. Por analogia, a remessa de juros e *royalties* ao exterior pode comprometer o nível do PIB em dado período, mas não representa maldição permanente, pois o próprio crescimento econômico pode superá-la. Neste contexto, não pode passar sem ser dito que o pagamento de frações da dívida externa assumidas em condições de corrupção é uma prova de fraqueza institucional. O ponto aqui levantado é diverso da aceitação pacífica do atual endividamento: qualquer que seja a fração do PIB deixada para ser alocada pela sociedade brasileira, haverá opção de aplicação com contornos mais ou menos igualitaristas.

Todavia, o traço característico dos últimos 30 anos foi que, mesmo com a crescente concentração da renda e do consumo, o sistema foi incapaz de gerar um estilo de crescimento-distribuição em que taxas de poupanças mais robustas se associariam à elevação substantiva da componente local do investimento nos setores produtivos. Ainda que se tenha incorporado

[1] Agradecemos aos Profs. Adalmir Marquetti, Adelar Fochezatto e José Antonio Fialho Alonso pelos comentários às idéias que presidiram a redação inicial do trabalho, isentando-os das imprecisões que – por desventura – permaneçam.

[2] Em trabalho recente, usando metodologias diversas das adotadas pelo Banco Mundial, Milanovic (2002) referenda os dados já conhecidos, confrontando-os com índices de consumo per capita.

[3] Ou seja, o desejo sentido pelo indivíduo de receber do grupo mais do que a parte que lhe cabe.

à questão do desenvolvimento sócio-econômico a prreocupação ambiental, o desempenho produtivo da sociedade brasileira não incorporou o fator humano.

Nas linhas abaixo, procura-se argumentar que, havendo 20 milhões de desempregados no Brasil, o que não há são os recursos para absorvê-los com a relação capital/produto vigente na economia brasileira contemporânea[4]. Argumenta-se que uma solução possível à absorção desse contingente que potencializa consumo e produção consiste na criação do Serviço Municipal[5], custando ao país 5% do PIB, sendo financiado com o imposto de renda. Sugere-se que o emprego desses 20 milhões de trabalhadores no Serviço Municipal aumenta a produtividade agregada do sistema, sem reduzir a disponibilidade de serviços de baixa qualificação prestados às famílias ou às empresas. Associando-se aos 5% do excesso de arrecadação pública sobre seus gastos (exceto pagamento de juros), a equação pública permanecerá equilibrada se o imposto de renda progressivo tiver sua alíquota elevada, abarcando 10% das rendas dos 10% dos indivíduos mais ricos. Conclui-se argumentando-se que distribuições de renda de corte igualitário podem reduzir a pleonexia das classes alta e média, servindo mesmo para elevar os incentivos ao trabalho e minimizar as atividades improdutivas e de *rent-seeking*[6]**.**

2. DISTRIBUIÇÃO

Em qualquer sociedade que não apresentasse a troca como ato voluntário e, particularmente, a troca de mercadorias, não haveria divisão do trabalho, especialização, crescimento da produtividade ou maior disponibilidade de bens e serviços por habitante. Havendo troca, intermediada pelo dinheiro, dizem os economistas neoclássicos extremados, no devido tempo, e sem a intervenção governamental, galgaremos o melhor dos mundos. Antes deles, os economistas clássicos diziam que a troca desencadeia (e responde a) um sistema de preços que também organiza a distribuição dos resultados do esforço produtivo humano voltado à produção de bens e serviços. Um inarredável fato econômico da atualidade brasileira é que a troca, intermediada pelo dinheiro, não tem trazido os melhores resultados para a vida societária. Assaltos, acidentes de trânsito, tráfico de drogas e prostituição infantil são sintomas de ineficiências tanto no sistema produtivo quanto nos arranjos distributivos a

[4] Lidando com o conceito de "trabalho decente", Pochmann et al., orgs. (2005, p.101) apontam um déficit de 27,8% da população economicamente ativa, o que – segundo eles – requer a criação de 22 milhões de empregos.
[5] Por Serviço Municipal, entende-se um conjunto de instituições de base regional voltadas a absorver a mão-de-obra excedente, direcionando-a ao atendimento das necessidades sociais, desde a coleta e seleção do lixo urbano, passando pelo cuidado de crianças e velhos e pela zeladoria das florestas e águas internas, até o auxílio à manutenção da segurança pública. As "frentes de trabalho" periodicamente criadas no Nordeste do Brasil, a "renda mínima" instituída na legislação, e os programas de "bolsa-escola" e "Fome Zero" constituem embriões para a formalização do Serviço Municipal.

ele acoplados, todos engendrados pelos tomadores de decisões político-econômicas. Tantas são as variáveis envolvidas para esbater tais mazelas que a vitória implicará a promoção da elevação do padrão de vida das massas como o traço distintivo entre a economia estagnada dos últimos 25 anos para a sociedade dinâmica *cum* redistribuição. Em particular, dada a incapacidade do livre jogo das forças de mercado de encaminhar soluções é que muitos apontam a necessidade de criação de políticas econômicas destinadas a fortalecer o dinamismo do sistema. No presente ensaio, busca-se argumentar que, no Brasil, o crescimento não vai gerar redistribuições substantivas[7]. E que estas apenas ocorrerão em resposta a políticas governamentais profundamente direcionadas à redução da desigualdade.

No Brasil contemporâneo, muitos investigadores associam as mazelas sociais à "hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo", mas o pensamento estruturalista dos anos 1970s sempre deu o maior destaque à relação entre as diferentes dimensões do sistema econômico. Para eles, a estrutura produtiva determina o perfil de distribuição da renda. Esta, por seu turno, cria padrões de consumo específicos, que vão influenciar a produção, num círculo interminável de múltiplas determinações. Mais incomum é incorporar-se a esta cadeia de causações o fator demográfico, que deve inserir-se nas três dimensões do trabalho social utilizado pelo sistema[8]. Trabalhadores e capitalistas exercem seu esforço na esfera da produção, transformando insumos em produtos, utilizando terra e bens de capital. Os agentes cujas habilidades forem, assim, empregadas, participarão do processo distributivo, credenciando-se a exercerem suas preferências sobre diferentes cestas de consumo. Os desempregados são peremptoriamente excluídos desta relação de causação, devendo contar com mecanismos distributivos familiares ou governamentais, a fim de continuarem a buscar oportunidades de inserção/reinserção na matriz produtiva do sistema econômico. Mas os próprios trabalhadores empregados, ao reterem uma fração de apenas 40% do PIB, contrastam com os dos países capitalistas avançados. Estes retêm 70% de uma renda per capita superior em entre seis e 10 vezes à do PIB brasileiro. Na economia com *surplus labour* (Lewis, 1954 e Ramirez; Ranis e Stewart, 1998), é impossível mudar estas relações: tanto elevar os 40% quanto *catch up* com a renda per capita mais elevada.

Hoje os limites do dinamismo industrial já são claros, mesmo em um país de renda média, como o Brasil, cuja reestruturação nos anos 1990s destruiu 2 milhões de postos de

---

[6] Detalhes sobre este ponto podem ser encontrados em Baumol (1990).

[7] A marca registrada sobre a relação entre crescimento e distribuição da renda encontra-se em Kuznets (1955). Uma visão moderna encontra-se no artigo de Fajnzylber (1988), seguida de Ramirez; Ranis e Stewart (1998). Este último deu origem à primeira epígrafe do presente trabalho.

[8] Nomeadamente, a produção de valores de uso, seu dual como valores de troca e sua síntese na forma do valor das mercadorias. Mais detalhes sobre este ponto e seus circuitos de mensuração (respectivamente, quantidades, preços e horas de trabalho), podem ser encontrados em Bêrni (2003).

trabalho, como apontam as novas Contas Nacionais do Brasil. Mesmo em 2004, com o crescimento de 5% do PIB e a criação de 1,8 milhões de empregos, o excedente de mão-de-obra manifesta-se com a indicação de que 20% dos postos de trabalho pagaram taxas de salário inferiores à mínima legal, configurando o chamado emprego precário. A exemplo da Agricultura, mantendo seu papel absoluto na produção de bens, o que se observa nos anos recentes é a perda relativa de importância do PIB industrial, podendo-se sugerir que a antítese do movimento industrial reside precisamente no deslocamento do emprego para os Serviços. Suas tradicionais e limitadas perspectivas de aumento da produtividade fizeram Baumol (1967) criar a encantadora imagem do quinteto de cordas. Por mais que se eleve sua produtividade, haverá um limite para os ganhos do numerador, de sorte que novas conquistas seriam realizadas apenas com mudanças no denominador, o que implicaria transformá-lo num quarteto...

Notoriamente, o Brasil apresenta um sistema produtivo cujo desempenho nos últimos 100 anos deu todas as mostras de vigor, na maior parte do tempo. Mesmo em períodos recentes, com grande instabilidade na geração de renda, as quedas conjunturais nunca foram superiores a 5%, alcançando, mesmo nos anos "de vacas magras", crescimento apenas levemente negativo. Todavia, este aparato comporta uma proverbial incapacidade de absorver integralmente sua população economicamente ativa. O divórcio entre a dimensão demográfica do sistema sócio-econômico-ambiental e sua dimensão produtiva não parece encaminhar-se para uma solução criativa, pois os tomadores de decisão dificilmente vão renunciar à utilização de tecnologias modernas essencialmente poupadoras de mão-de-obra. Para um país beirando a guerra branca, surpreende que o economicismo assuma a liderança na discussão. Fala-se que as mazelas sociais do país seriam pensadas caso os sucessivos governos centrais dessem o corte adequado a suas políticas de indução do investimento, via taxa de juros, e de promoção de exportações, buscando a modernização por meio de uma taxa de câmbio que incentive as importações de bens de capital. Tudo é explicado como se o emprego fosse uma variável de resposta dócil às variações nos níveis de produção estimulados por juros e câmbio adequados: investe-se aqui e exporta-se para acolá. Aumenta a demanda agregada e *ipso facto* aumenta o emprego. Em 2004, metade destas previsões realizou-se, resultando num crescimento de quase 5% no PIB, com o movimento das exportações alcançando *récords* extraordinários. Por contraste, a outra metade, que não chega a comprometer a realização dos 5%, associa os juros com a formação da poupança nacional. Mesmo juros em nível das maiores taxas planetárias não oferecem otimismo ao investigador isento, a julgar pelos menos de 20% do PIB que representam a atual propensão média a poupar.

Houve absorção de quase 2 milhões de trabalhadores no mercado formal, o que é uma boa notícia, mas ela não pode ser comemorada sem que se lembre que o contingente de desempregados foi arranhado apenas de leve com estas cifras. Estima-se que mais da metade desses empregos já nasceu em condições de trabalho precárias e não se está falando que 3 milhões de jovens estariam a aportar ao mercado de trabalho em 2004, e nos mais 3 milhões nos anos vindouros, por muitos anos ainda. Obviamente, condições precárias de emprego, particularmente o emprego informal, incluem as profissões de sicários, traficante de drogas e proxenetas.

As ineficiências distributivas do sistema são tantas, mas têm seu ponto de destaque no setor bancário. Tal é visível quando se observa sua lucratividade, comparando-a com os cânones da eficiência alocativa, situação em que o preço é igual ao custo marginal. Se os lucros extraordinários assim criados são indesejáveis sob o ponto de vista da sociedade, esta deve desincentivar sua criação por meio de ação institucional, o que deve ser sinalizado com a cobrança do imposto de renda progressivo sobre este. Por outro lado, quando há prejuízo, obviamente tampouco há eficiência alocativa, mas neste caso o mercado encarrega-se de resolver o problema. O mecanismo de mercado corrige os erros de firmas que geram prejuízos. Elas não acumulam capital: quebram, fundem-se ou são incorporadas por outras mais eficientes. Mesmo nos casos de corrupção que a sociedade não se dispõe a gastar recursos para coibir, as distorções podem ser resolvidas com o imposto de transmissão de bens inter-vivos e heranças.

3. EMPREGO

Com ou sem mercado de trabalho, a atividade produtiva sempre tomou uma parte substantiva do tempo de vida humana. Tal foi assim mesmo nas hordas nômades e em sua transição para a Revolução Agrícola. Menos de 100 séculos após sua consolidação, esta deu lugar à Revolução Industrial, em pleno vigor do capitalismo comercial, quando o mercado de trabalho passou a assumir crescente importância na distribuição do excedente econômico. Outro aspecto importante do capitalismo industrial foi sua intrínseca tendência a aproveitar as vantagens da produção em larga escala e elevar extraordinariamente a produtividade do trabalho. Da tecnologia do vapor associada a seu início, o capitalismo industrial ingressou em nova fase, no princípio do Século XX, hoje chamada de fordismo, que se caracterizou pela crescente substituição do vapor na geração de energia, dividindo o trabalho e oferecendo-lhe novos aumentos na produtividade. A crise do petróleo de 1973 trouxe um abalo na forma de utilização da energia proveniente do motor a combustão interna. Poucos anos após,

começaram a acelerar-se os desenvolvimentos observados desde os anos 40 nas tecnologias de processamento de informação. A Revolução Microeletrônica, associando-se ao desenvolvimento do capitalismo no Japão, criou o fenômeno da desindustrialização, diagnosticado inicialmente na Inglaterra. Esta consiste no aumento na produção da indústria de transformação, aumento das exportações de manufaturados e queda no emprego industrial.

Mas não é de hoje que esta constatação tomou conta dos países capitalistas avançados. Durante a Era Dourada, pensou-se que a visão de Keynes expressa ainda antes da Grande Depressão de 1929 teria sido superada. Mesmo nesse período, a participação do governo no mercado de trabalho e a redução da jornada de trabalho foram essenciais para a pacificação da vida civil. Ou seja, prossegue tendo ampla validade o que disse Keynes (1984, p.154):

> "Estamos sendo atingidos por uma nova doença a respeito da qual alguns leitores ainda podem não ter ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão muito nos próximos anos – ou seja, o ***desemprego tecnológico***. Isto significa um desemprego causado pela nossa descoberta de meios para economizar o emprego do trabalho a um ritmo maior do que aquele pelo qual conseguimos encontrar novas utilizações para a força de trabalho.
>
> "Trata-se, porém, de apenas uma fase temporária de desajustamento. Afinal, tudo isto significa que ***a humanidade está resolvendo seu problema econômico***. Eu prediria que o padrão de vida nos países progressistas será ***daqui*** a 100 anos entre quatro e oito vezes maior do que o atual. E não seria absurdo considerar a possibilidade de um progresso ainda maior." [Itálicos no original].

Entendendo que, nas sociedades capitalistas, a ligação mais estreita entre produção de riqueza e sua distribuição emerge do funcionamento do mercado de fatores de produção, em fascinante e dolorosa frase de efeito, Joan Robinson teria dito que, neste contexto, é melhor ser explorado do que não sê-lo. Ser explorado significa, dadas certas premissas, ter emprego, o que converte a ocupação da mão-de-obra na variável central do igualitarismo. Com efeito, capitalismo significa dominância do mercado de trabalho para definir a questão fundamental da economia: como distribuir a produção, ou mais prosaicamente, para quem produzir. Obviamente, nas sociedades organizadas, a distribuição primária da renda engendrada pelo mercado de fatores de produção não exclui outras formas importantes para a distribuição secundária da renda. Com efeito, no próprio embate da distribuição funcional, o governo

credencia-se a parte do produto, cobrando impostos dos fatores efetivamente alocados e dos consumidores credenciados pelo poder de compra.

Especificamente no mercado de trabalho, duas definições são estabelecidas. Na primeira, os capitalistas brasileiros têm levado a melhor sobre a classe trabalhadora, comparativamente às *shares* vigentes nos países capitalistas avançados. Ainda que, como se referiu acima, a distribuição de lucros seja desigual para as diferentes frações do capital produtivo, há sinalização para a presença de ineficiências alocativas em vários setores. O segundo aspecto interessante do desenvolvimento do capitalismo consiste na característica do mercado de trabalho em sua lei da eqüidade: os salários tendem a se equalizar, apesar da produtividade ser diferente entre os diferentes setores.

Todavia, no Brasil, os desvios são de tal maneira acentuados que os índices de desigualdade dos salários mostram-se extremamente elevados. Fatores como a distribuição do excedente entre salários e lucros, a contribuição dos mercados de trabalho na Agricultura e nos Serviços, a crescente participação feminina no mercado de trabalho urbano e a ilusão monetária provocada pela inflação nos dados de períodos dilatados, apontam para correlações negativas entre a produtividade do trabalho e o salário médio. Estes resultados, em nível do detalhamento setorial, constituem o elogio da eficiência produtiva do sistema econômico brasileiro, cabendo aos setores agrícola e industrial sua desqualificação distributiva.

Claramente, políticas localizadas no mercado de trabalho como a criação e manutenção do salário mínimo podem ser úteis em países com constelações de fatores produtivos diversas das vigentes na economia brasileira e nas demais economias portadoras de excedentes populacionais relativamente à capacidade de absorção pelos setores produtivos. Neste último caso, elevações incrementais e sucessivas no salário mínimo não são eficazes como elementos indutores do aumento da produtividade do sistema. Com efeito, a Figura 1 exibe uma alegoria da situação planejada de um mercado de trabalho antes e depois da fixação do salário mínimo.

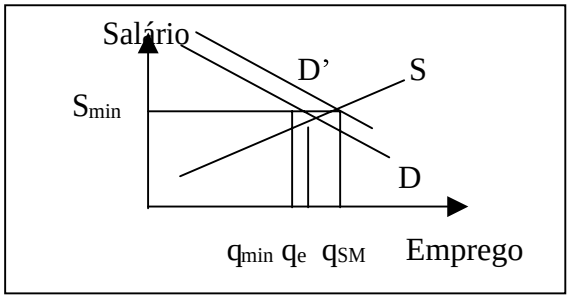


Figura 1 – Efeitos do Salário Mínimo e do Serviço Municipal sobre o emprego.

A quantidade de trabalhadores q_e equilibra o mercado de trabalho a uma taxa de salário determinada. A fixação do salário no nível S_{min} tem a implicação de reduzir a quantidade demanda por trabalho para q_{min}, o que causará dois tipos de choques alternativos ao igualitarismo. O primeiro diz respeito ao movimento ocorrido na massa de salários da economia, ou seja, da participação dos trabalhadores na renda. Dependendo da elasticidade da curva de procura por trabalho no momento estudado, tal participação pode crescer, aumentando a desigualdade entre os trabalhadores, mas também pode cair, aumentando a desigualdade entre trabalhadores e capitalistas. O segundo é claramente ilustrado na figura: redução da quantidade $q_e - q_{min}$ no número de trabalhadores empregados, por si só, reduzindo as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Por contraste, caso a curva de demanda por trabalho seja deslocada de D para D', a quantidade q_{SM} é alcançada mesmo ao valor do novo salário mínimo S_{min}, no caso da curva de procura por trabalho deslocar-se para a direita.

Ou seja, no Brasil, tentar melhorar as condições de vida da classe trabalhadora com o instituto do salário mínimo, associado à desesperada busca por parte dos trabalhadores aposentados de manterem seus ganhos reais frente à explosiva inflação que vigorou durante o quarto de século posterior à Crise do Petróleo, apenas serviu para complicar a questão. Da confusão entre o papel das transferências governamentais com regulamentação do mercado de trabalho, houve um preço a ser pago, dado pela desarticulação do binômio salário mínimo-produtividade. Recapitulando, a quantidade $q_{SM} - q_e$ tem a propriedade de elevar o salário de mercado acima do nível anterior, sem o indesejável efeito de reduzir o nível de emprego.

4. INVESTIMENTO

Todavia, existem dois outros argumentos mais realistas para que se inicie a pensar numa transformação radical na forma de enfrentar a desigualdade no Brasil. O primeiro deles fundamenta-se no exame da experiência histórica em termos de absorção da mão-de-obra, conforme ilustra a Tabela 1.

Ele mostra os coeficientes de elasticidade-arco emprego/renda[9]. Os 0,49 da agricultura no período 1949/59, por exemplo, informam que, para aumentos de 1% no PIB, o emprego reagiu, elevando-se em menos de meio ponto percentual. Como se vê, em continuação, apenas nos anos 1960s houve resposta vigorosa no próprio emprego agrícola. A partir de então, ocorreu um movimento de retirada do homem do campo, prevendo-se que tal tendência mantenha-se na atual década.

[9]A elasticidade média no arco é dada por $([E_f - E_i]/[E_f + E_i])/([Y_f - Y_i]/[Y_f + Y_i])$, onde E é o emprego, Y é o PIB e os subíndices i e f apontam os anos inicial e final dos períodos assinalados na tabela.

Tabela 1 - Elasticidade média no arco da relação emprego/renda no Brasil, 1949/2010.

Setores	1949/59	1959/70	1970/80	1980/90	1990/2000	2000/2010	1949/2010
Agricultura	0,49	1,76	-0,33	-0,29	-0,14	-1,27	-0,04
Indústria	0,60	0,54	1,37	1,41	-0,51	0,90	0,89
Serviços	0,68	0,57	1,16	3,91	0,94	0,36	1,02
TOTAL	0,43	0,35	0,61	2,00	0,33	0,27	0,73

Fonte: IBGE (vários), Rijckeghen (1967) e cálculos do autor.

Ainda na Tabela 1, vê-se que a dificuldade no equacionamento do problema da eqüidade é ilustrada pela maciça presença de relações inelásticas para a maioria dos períodos e setores. De fato, do total de 28 coeficientes nela reproduzidos, apenas oito são maiores do que a unidade. Em outras palavras, o emprego exibe relação elástica no que diz respeito à renda no Brasil apenas como exceção, tanto em termos de períodos do desenvolvimento econômico nacional quanto da distribuição setorial do trabalho social.

Avançando para o segundo argumento, deve ser registrado que esperar que estas "fatalidades" tecnológicas sejam revertidas em plena era da Terceira Revolução Industrial é exagerado otimismo, como o sugerem outros indicadores. Na Tabela 2, vê-se a essência do segundo argumento. Ele diz respeito ao reconhecimento da impossibilidade radical de absorção pelo sistema produtivo de vultosos excedentes de mão de obra durante todo o período referido, inclusive as estimativas para 2010. Ou seja, na medida que a relação capital/produto eleva-se, torna-se cada vez mais proibitivo pensar em absorver a mão-de-obra ociosa e a ingressante no mercado de trabalho com a produtividade próxima à média da economia. Se, em 1949, fazia-se necessário investir 0,35% do PIB para elevar o emprego em 1%, os saltos na acumulação de capital do Brasil levaram a que esta cifra duplicasse durante os anos 1960s e alcançasse um patamar cuja récita deve ser usada para encerrar a discussão.

Tabela 2 – Produto interno bruto, estoque de capital e emprego e fração do PIB gasta em investimento para elevar o emprego em 1%. Brasil, 1949/2010.

Períodos	PIB R$ bilhões	Capital R$ bilhões	Emprego 1.000 trabalhadores	Investimento novo como fração do PIB %
1949	84.781	29.674	15.846,6	0,35
1959	168.739	104.176	21.059,7	0,62
1970	335.935	242.266	26.640,0	0,72
1980	768.474	816.027	43.378,5	1,06
1990	898.407	1.340.265	59.361,5	1,49
2000	1.167.117	1.769.859	64.617,3	1,52
2010	1.663.988	2.579.181	71.079,0	1,55

Fonte: IBGE (vários), Marquetti (2000) e cálculos do autor.

Parece evidente que a preocupação dos atuais defensores do nacional-desenvolvimentismo desejosos do relançamento da atividade econômica por meio da fixação pelo Banco Central de taxas de juros mais reduzidas não pode justificar-se em termos de retomada do emprego. Para colocar, por exemplo, 10 milhões de cidadãos em postos de trabalho efetivos, juros baixos deveriam financiar investimentos que teriam abarcado 23,5% do PIB do país no ano 2000. Ou seja, mais de 15% acima da atual taxa de investimento nacional. Obviamente, as perspectivas para 2010, ainda que a razão investimento adicional/PIB não seja excessivamente discrepante dos anos 1980s e 1990s, não são mais alentadoras.

Ou seja, não se pode pensar que os excedentes populacionais lewisianos (Lewis, 1954) serão absorvidos de acordo com o cânone retirado da experiência desenvolvimentista dos países capitalistas avançados. Parece que a incorporação de tecnologia moderna, a abertura da economia e os limites termo-dinâmicos associados à transformação de insumos em produtos impedem que os excedentes de mão-de-obra venham a ser absorvidos dentro dos atuais contornos da vida societária. Como colocar pressão sobre o mercado de trabalho no Brasil, na tentativa de colar os ganhos de produtividade aos aumentos salariais e pressionar pela equalização salarial entre os diferentes setores econômicos? Primeiramente, reduzindo a jornada de trabalho. Depois, reduzindo o tempo de contribuição para as aposentadorias, ou seja, permitindo o acesso à aposentadoria por parte de trabalhadores mais jovens. Terceiro, estabelecendo um preço sobre o acesso prematuro ao mercado de trabalho e ao segundo emprego. Por fim, comparativamente a todas as medidas recém citadas, a menos paliativa consiste na criação do Serviço Municipal. Neste caso, redirecionando 5% do PIB, ou seja, não mais do que os atuais superávits primários governamentais, pode-se encaminhar mais de 20 milhões de pessoas para as atividades formais, devidamente comprovadas com contra-cheques emitidos pelo Tesouro Nacional.

Para o problema da destruição do emprego no Primeiro Setor, uma vez que - na sociedade capitalista - falta de emprego significa ausência de renda, a solução quase que tautológica consiste na criação de empregos no Segundo e no Terceiro Setores. Com efeito, seus requisitos de capital por unidade de mão-de-obra são menores do que nos setores produtores de bens agrícolas e industriais.

Todavia, o excedente de mão-de-obra lewisiano de 20 milhões de trabalhadores não será absorvido nas formas tradicionais. Nem o crescimento extraordinário da Agricultura Transgênica nem novos ímpetos industrializantes resolverão o problema da absorção do

estoque e sua expansão vegetativa de desempregados. Para resolvê-lo, torna-se necessária a criação de novos mecanismos distributivos, cujos principais defensores devem ser precisamente os trabalhadores empregados e organizados. Vinte milhões de empregos adicionais no Brasil contemporâneo constituem o dobro da meta estabelecida no manifesto eleitoral que levou o Governo Lula ao poder. Também representam 30% do atual contingente de trabalhadores empregados no país. Além das vagas já preenchidas no mundo do emprego do Setor Privado, do Governo e das ONGs, estes 20 milhões de pessoas iriam alojar-se no, assim inaugurado, Serviço Municipal, também associado a baixo nível de investimento por emprego gerado. Talvez sobrassem vagas, chegando-se a um razoável patamar de paz social com menos de 5% do PIB, mesmo sem realocar diretamente os 5% atualmente gastos com a usura.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS

Nestas circunstâncias, impõe-se a pergunta: o Brasil pode adotar este pacote de medidas em seu próprio benefício? Ou seja, ele poderia conferir à extensão dos mercados de trabalho locais os foros privilegiados na geração de emprego e renda? Os mercados locais, ainda que abrangendo segmentos exportadores de serviços, como o comércio, os transportes serão o *locus* do Serviço Municipal, atividade elevadora da produtividade agregada do sistema, pois passa a disciplinar a vida societária com a produção maciça de serviços de limpeza urbana, de controle das águas internas (inclusive alagamentos de pistas de rolamento urbano), de controle da fluidez do trânsito nas cidades e estradas, reflorestamento das margens dos regimes dágua etc. A exitosa experiência dos atuais agentes comunitários de saúde poderia ser multiplicada, a fim de atender a todas as demais demandas associadas à desigualdade brasileira: da nutrição à educação, da moradia à justiça.

Considerando que o livre jogo das forças de mercado não exibe condições de absorver os excedentes de mão-de-obra, a ação pública, com a utilização de seus instrumentos de condução de política econômica, pode influenciar a distribuição da renda de diversas formas. Por exemplo, no mercado de bens, ela tradicionalmente atua com tributação ou com o gasto público. Sob o ponto de vista macroeconômico, ainda que haja desdobramentos quanto à utilização de instrumentos, a política do governo ocorre nos mercados de bens, monetário (e de títulos), cambial e no de fatores, particularmente, o de trabalho.

No mercado de bens, a ação pública potencializada por meio da política fiscal (gasto) apresenta algumas peculiaridades na produção de bens públicos e semi-públicos, cuja provisão (ainda que não necessariamente a produção) é absolutamente indelegável (Monteiro,

1982, 2004). Com efeito, o papel do Governo, na sociedade organizada, consiste em criar mecanismos para a provisão de informação para os demais agentes econômicos, bem como fiscalizar sua ação deletéria aos interesses coletivos. Numa sociedade em que a informação circula livremente, as possibilidades de alocação mais eficiente dos recursos ficam expandidas. Mais informação expande as fronteiras comerciais e tecnológicas da escolha empresarial, ao mesmo tempo em que oferece maior mobilidade aos fatores de produção e, com isto, expande as possibilidades de consumo. Ademais, a criação de salvaguardas ao cumprimento dos contratos de garantia dos direitos de propriedade implica custos incididos por parte do setor público que, quando não assumidos, levam à ação dos agentes independentes, constituindo-se em desvio de recursos que poderiam, alternativamente, receber uso produtivo. A criação de departamentos de controles e segurança é o mais eloqüente elemento para se avaliar o significado de custos de transação. Numa sociedade desigualitária, com enormes diferenciais de renda entre os indivíduos e uma cultura de incentivo ao consumo suntuário, as opções de empregos produtivos, além do mais, dada sua escassez, impelem um número expressivo de indivíduos a desenvolverem sua atividade econômica improdutiva e mesmo destrutiva (Baumol, 1990).

Se há algum lado bom neste padrão de uso dos recursos destinados a colocar grades nas janelas ou cadeados nos portões e produção de tenazes para quebrá-los, este reside na forma com que a sociedade se organiza para precaver-se contra invasões de caroneiros (Bêrni, 2004). Neste sentido, os assaltantes reais e potenciais desempenham a função social de alertarem a sociedade para a importância da oferta de mecanismos fiscalizadores dos contratos e criação de auditorias sociais. Ainda que seja exacerbado otimismo encaminhar a questão nestes termos, torna-se evidente o dilema de escolha social aqui envolvido. As grades apenas deixarão de desviar recursos sociais quando as famílias voltarem a ter assegurado seu direito constitucional à inviolabilidade do lar. Um número expressivo de indivíduos dispor-se-ia a pagar pequena fração de sua renda para livrar-se do assalto, do atropelamento no trânsito, tornando-se – caso o deseje – em esmoler voluntário.

Hoje, a sociedade brasileira – que criou um dos maiores sistemas industriais do mundo – mostra acentuadas assimetrias em outros sistemas cuja responsabilidade cabe ao setor público. Tal é o caso da provisão de serviços de justiça, do policiamento de ruas às oportunidades educacionais nos presídios, passando obviamente por respostas expeditas no andamento de querelas judiciais. Outro exemplo paradigmático – no caso de um bem semi-público – é o sistema educacional. Com efeito, a educação é sabidamente um instrumento de redução dos custos de transação em uma sociedade, permitindo a proteção aos direitos de

propriedade. Hoje, se os atuais direitos estão sendo contestados em diversos *fronts*, o mais acre dos quais, em plena rua, é preciso pensar em reformá-los. A educação é o instrumento mais adequado para encaminhar a discussão dos contornos das reformas propostas. É preciso que a ação anti-social do indivíduo seja penalizada pelas forjas da cidadania, o que é feito pela consciência de estar-no-mundo dada pela educação humanizadora. Em resumo, a educação ensina o indivíduo a descobrir seus objetivos na vida e a lutar por eles.

Claramente, estes encaminhamentos estão sugerindo a expansão vigorosa da ação pública no mercado de bens e serviços, com o lado do gasto da política fiscal, ou seja, como a provisão (e eventual produção) de serviços. Outro aspecto importante do desenvolvimento baseado na prestação de serviços é que estes direcionam-se a mercados locais. Apresentando limites para serem exportados, por serem consumidos no preciso momento da produção, os serviços oferecem perspectivas alentadoras num país endividado internacionalmente, em que boa parte do discurso das classes dominantes volta-se a contemplar a captura de dólares no exterior, com a exportação de tudo o que for possível.

Mas tampouco é exercício de futurologia cogitar dos destinos de uma sociedade em que mesmo a produção de serviços ocorra com baixíssimo grau de intervenção do trabalho vivo humano, cuja produtividade venha a ser potencializado pela Revolução da Informática. Um exemplo elucidativo destas possibilidades reside na existência de programas de inteligência artificial destinados a fazer análise de crédito bancário. Talvez neste entorno é que resida o maior desafio a ser equacionado pelas sociedades modernas: sem emprego, de onde virá a renda? que forças vivas da sociedade estão gerando no presente as leis da distribuição do produto que deverão vigorar num futuro mediato?

Passando a examinar as possibilidades de criação de política econômica no mercado monetário, cabe sugerir que políticas redistributivas poderiam originar-se de determinados perfis de oferta de crédito, para não falar na problemática forma de emitir dinheiro novo. O crédito subsidiado pode constituir-se em elemento favorável a redistribuições, ainda que sinalizando para a condução de empreendimentos econômicos de pequeno porte. Em boa medida dos casos, isto seria um incentivo à criação de empresas de pequeno porte e, *ipso facto*, perda de vantagens de escala. Emprego e auto-emprego em estabelecimentos de pequena escala, vale dizer, ineficientes, constituem a visão não-virtuosa do igualitarismo. Neste caso, perdem-se ganhos de produtividade, e se criam outros problemas ao sistema, como é o caso presente da economia brasileira. Nesta, a produtividade cresce a taxas muito reduzidas, em virtude do vigoroso crescimento do estoque de capital. Todavia, associações entre segmentos do Serviço Municipal com a promoção do empreendedorismo podem, num

processo de transformação da quantidade em qualidade, trazer resultados importantes. Neste modelo de crédito subsidiado, na linha de argumentação de Lewis (1954), a criação de meios de pagamento é absorvida pelo sistema em pouco tempo, em virtude do aumento da renda por ela ocasionado.

Também no mercado de câmbio, o governo poderia atuar com a intenção de redistribuir a renda. Na verdade, pelo menos três aspectos merecem referência relativamante à ação no *front* externo, particularmente aceitando a premissa de que seja mantido o sistema de taxa de câmbio flexível. Dois deles dizem respeito à implementação da política propriamente dita e o terceiro concerne às conseqüências previsíveis de mudanças de preços relativos da relação salário/câmbio.

O primeiro resulta da implementação da política de câmbio, apresentando um caráter eminentemente ativo. Trata-se da criação de uma política ativa de favorecimento cambial para as exportações de empresas que empregam mais do que a média da economia e medidas simétricas para as importações que destroem o emprego local. Além de ser inviável pensar na autarquização do Brasil, dada a herança de dependência ao capital produtivo e às finanças dos países capitalistas avançados, e o poder de barganha reduzido em virtude da dívida externa e da OMC, há possibilidades bastante exercitadas no passado econômico do país de corrupção com a especulação relativa ao câmbio artificialmente criado. Por isto, medidas que permitem a corrupção, no Brasil, deveriam ser concebidas com fortes componentes de avaliação dos programas precipuamente voltados a impedi-las. O segundo aspecto, alternativo ao primeiro, dados estes argumentos sobre a corrupção, diz respeito à regulamentação do mercado externo por meio da criação de barreiras não-tarifárias a elencos de produtos particularmente delicados em matéria de destruição de empregos, como já foi o caso da lavoura e industrialização do algodão.

O terceiro aspecto relacionado com o *front* externo diz respeito à elevação da participação dos trabalhadores na renda nacional, suas conseqüências sobre os preços relativos domésticos, a inflação daí decorrente e, como tal, os desdobramentos sobre a taxa de câmbio. Considere-se uma equação macroeconômica de formação do preço por meio de um *mark-up* destinado a garantir a manutenção da participação dos lucros na renda nacional. Em conseqüência, a elevação da participação dos trabalhadores leva a uma desvalorização do câmbio, *ergo*, aumento das importações, com novas desvalorizações. Este processo deve ocorrer até que o novo *mark-up* seja absorvido como o padrão de formação de preços industriais, ou que ganhos de produtividade venham a recompô-lo, com a manuteção do mesmo nível de salários reais. Ou seja, diluir os custos salariais sobre o nível geral de preços

e contaminar o câmbio significa, num segundo momento, aumentar a absorçao doméstica em detrimento da externa, até que recomposições do *mark-up* ou ganhos de produtividade retidos pelos capitalistas restabeleçam a relação salário/câmbio de equilíbrio do mercado de divisas.

Por fim, pelo lado da oferta, as possibilidades de o governo agir redistributivamente no mercado de trabalho consistem em regular o salário mínimo. Para se iniciar a discussão, convém deixar claro que aquilo que a legislação batizou de salário mínimo, no Brasil, não condiz com o conceito econômico. Parece que durante certo tempo a sociedade pensou em salário mínimo como sendo uma medida invariável de valor, um sinalizador macroeconômico destinado a vacinar alguns agentes contra a inflação. Tais distorções provocaram no sistema o fato de o salário mínimo não ter sido usado para regular o mercado de trabalho. Com efeito, hoje em dia, parece que ele tem diversas conseqüências sobre as variáveis do sistema, exceto a de induzir ao crescimento da produtividade da empresa individual. Este quadro pode ser vencido com as explicações trazidas com o exame da Figura 1 acima.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 1950s, a ciência econômica identificou os contornos da inércia da ação coletiva no trato das invasões de sistemas sociais saudáveis por parte de caroneiros. Neste contexto, ela reconheceu na política a possibilidade eliminá-los ou transformá-los, usando mais informação no sistema eleitoral, em benefício da sociedade. Obviamente, alcançado o milagre da formação do consenso político em termos de que o problema existe e tem cura, as ações não se constituem em desafios simples a serem vencidos em pouco tempo. Ainda que os trabalhadores detentores de empregos ativos sejam tão interessados na questão quanto os desempregados, as mudanças implicadas pela criação de 20 milhões de empregos são de tal monta que a própria sugestão aqui feita não poderia ser implementada instantaneamente. Mazelas econômicas como a inflação e mesmo a corrupção no uso dos recursos alocados para o Serviço Municipal far-se-iam presentes quase que simultaneamente à implantação do programa de emprego. Mas o que importa reter é que montantes de grande vulto já foram realocados na distribuição funcional da renda, quando quase 5% do PIB foram retirados de seus usos tradicionais e convertidos em excesso de arrecadação pública sobre o gasto público (exceto o pagamento de juros), e convertidos precisamente no pagamento aos credores da dívida pública nacional. Esta disciplina fiscal do governo federal está impressionando o mundo. Depois de anos de descalabro, o fato de as autoridades monetárias do país conseguirem um superávit de quase 5% do PIB com dinheiros públicos é algo digno de elogios pela comunidade financeira internacional.

Por que a comunidade nacional deve entusiasmar-se com isto? Porquanto, ao estilo da topologia, o que ficou comprovado é a possibilidade de realocações de grande magnitude em tempos de paz. Não existe nenhuma razão para se pensar que as realocações ocorrem apenas quando a economia está crescendo. Tempos de guerra, revoluções (Bronfenbrenner, 1964) e tragédias naturais mostram que as sociedades aprendem a conviver com menor disponibilidade de bens e serviços. Todavia, a economia brasileira não pode ser pensada como presa deste tipo de fenômeno. O PIB do país, ainda que apresentando decréscimos em um ou outro dos últimos anos, jamais mergulhou aprofundadamente na depressão. Esta prova de dinamismo e estabilidade do aparato produtivo torna-se mais eloqüente ao se considerar que os vizinhos Argentina e Uruguai viveram quedas muito expressivas em sua produção anual de bens e serviços.

A criação de um fundo nacional de emprego alcançando 1% do PIB anualmente, num período de cinco anos requer mágica talvez mais potente do que as ações que permitiram a criação do invejável (sob o ponto de vista do acerto de contas com o FMI) superávit primário. Mas política e projetos nacionais devem andar de mãos dadas, a fim de que as atividades produtivas sobrepujem as destrutivas e as de *rent seeking*. Um dos fatores que impede a ação coordenada na busca da criação do projeto nacional igualitarista é a falta de perspectiva de que o pior possível está longe de ser alcançado. Teria dito Umberto Eco: "Não espereis demasiado do fim do mundo", o que oferece boa dimensão do prejuízo possível, em caso da omissão da classe política em ver alternativas para o ambiente de divórcio entre a estagnação e mesmo o progresso econômico e a solução das mazelas sociais, do desequilíbrio entre as capacidades produtivas do sistema em aumentar a produção e suas capacidades distributivas. Tal divórcio apresenta duas dimensões problemáticas.

A primeira consiste em oferecer emprego que possibilite existência digna a montantes populacionais que – parece – exigiriam recursos produtivos não disponíveis no país para serem incorporados ao mercado de trabalho em condições de produtividade igual à média já alcançada pela economia. Neste contexto, existe uma pesada incompreensão por parte de diversos agentes sociais no Brasil, que consideram intrinsecamente absurdo o fato estrutural de que a participação dos impostos no PIB seja de cerca de 35%. Mesmo que esta participação chegasse a 100%, isto não significaria o fim do setor privado, pois este atuaria na produção de bens a serem adquiridos pelo próprio setor público e pelas famílias que iriam viver das transferências[10]. Ocorre que, quando se fala em redistribuição de renda, ninguém se

[10] Discute-se aqui uma tecnicalidade das contas nacionais. Salários, lucros, impostos, subsídios e transferências são formas de apropriação da renda, ao passo que a despesa é feita na forma do consumo das famílias e do governo, investimentos e saldo do balanço em transações correntes. Assim, um governo que arrecada em

apresenta como doador. Ao contrário, sempre surgem argumentos contestando a oportunidade da medida. Parece que as redistribuições bem-sucedidas ocorrem com assustadora freqüência associadas a guerras ou revoluções.

A segunda dimensão do divórcio entre a produção e a distribuição considera o argumento usado com freqüência contra programas distributivos é a possível queda na taxa de poupança da economia, pois alegadamente os pobres gastam mais proporcionalmente a sua renda do que os ricos. A verdade é que, atendendo a preceitos de igualdade, a distribuição de renda pode ser modificada, em prejuízo dos ricos e em favor dos pobres, sem comprometer a taxa de poupança da economia, desde que o Governo faça a intermediação entre a poupança e o investimento por meio dos impostos, particularmente, o imposto de renda. Ademais, pode-se esperar que o crescimento econômico associado às virtuosidades distributivas derivadas do aumento da produtividade agregada do sistema tenha precisamente o efeito de, elevando a renda do primeiro quartil, também elevar a taxa de poupança nacional.

Com efeito, a mais simples definição de renda proposta pelos economistas contempla salários, juros, lucros e aluguéis. O imposto de renda que, obviamente, deve incidir sobre essas quatro categorias econômicas existe com o indisfarçado objetivo de, ao prover recursos destinados ao financiamento dos gastos públicos, retirar renda de quem a tem. Ocorre que, em todas as sociedades modernas, um dos objetivos sociais, declaradamente, é diminuir a desigualdade na distribuição da renda entre as pessoas. Nas sociedades capitalistas, nas quais é o mercado que define e distribuição primária, utiliza-se o imposto de renda da pessoa física para tornar mais igualitários os recursos disponíveis pelos indivíduos para financiarem seu consumo ou aumentarem seu patrimônio.

Todavia, cair num igualitarismo pró-ativo em termos de desenvolvimento humano exige deliberação e habilidade. Com efeito, as sociedades muito pobres, como é o caso da Índia contemporânea, são igualitárias, mas o que se deseja para o Brasil é igualitarismo que favoreça o desenvolvimento humano e – com ele – o crescimento econômico. Apenas deste modo é que o diâmetro do círculo virtuoso que consta na primeira epígrafe deste ensaio poderá ser expandido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMOL, William J. (1967) Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. **American Economic Review**. V.57 n.3 June p.445-426.

BAUMOL, William J. (1990) Entrepreneurship: productive, unproductive, and destructive. **Journal of Political Economy**. V.98 n.5 p.893-921.

---

tributos 100% do PIB, mas gasta 201% em transferências, ainda que deficitário em seu orçamento, estará promovendo a demanda agregada.

BÊRNI, Duilio de Avila (2003) As três dimensões do trabalho social e as três óticas de cálculo do valor adicionado. **Revista de Economia Política**. V.23 n.3 (91) Jul-Set. p.63-77.
BÊRNI, Duilio de Avila (2004) **Teoria dos jogos**; jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria da decisão. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso.
BRONFENBRENNER, Martin (1964) The appeal of confiscation in economic development. In: RANDALL, Laura ed. **Economic development**: evolution or revolution? Lexington: D. C. Heath. p. 55-74.
FAJNZYLBER, Fernando (1988) Latin American industrialization: from the 'black box' to the 'empty box'. **International Social Science Journal**. V.2 n.8 Nov. p.469-475.
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1979) **Matriz de relações intersetoriais**: Brasil – 1970. Rio de Janeiro.
_____ (1986) **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro.
_____ (1987) **Contas nacionais do Brasil; 1947-1970**. Rio de Janeiro. (Mimio).
_____ (1988) **Brasil. Novo sistema de contas nacionais**. Metodologia e resultados provisorios. Ano base 1980. V.1 N.10. (Mimio).
_____ (1989) **Matriz de insumo-produto**: Brasil – 1980. Rio de Janeiro.
_____ **Contas nacionais do Brasil**. Disponível em: www.ibge.gov.br/contasnacionais2000. Acesso em: Março de 2001.
_____ **Matrizes de insumo-produto de 1990-98**. Disponível em: www.ibge.gov.br/contasnacionais2000, 2001. Acesso em: Março de 2001.
_____ **Matrizes de insumo-produto de 1995-99**. Disponível em: www.ibge.gov.br/contasnacionais2000, 2001. Acesso em: Março de 2001.
KEYNES, John Maynard (1984) As possibilidades econômicas de nossos netos. In SZMRECSANYI, Tamás (org) **Keynes**. 2ed. São Paulo: Ática. p.150-159. (Economia).
KUZNETS, Simon (1955) Economic growth and income inequality. **American Economic Review**. V.45 n.1 p.1-28 Mar.
LEWIS, William Arthur (1954) Economic development with unlimited supplies of labour. **Manchester School**. V.22 p.139-191.
MARQUETTI, Adalmir (2000) Estimativa do estoque de riqueza tangível no Brasil, 1950-1998. **Nova Economia**. Belo Horizonte. V.10 n.2 p. 11-37 Dez.
MILANOVIC, B. (2002) True world income distribution, 1988 and 1993: first calculation based on household surveys alone. **Economic Journal**. V.112 p.51-92.
MONTEIRO, Jorge Vianna (1982) **Fundamentos da economia pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
MONTEIRO, Jorge Vianna (2004) **Lições de economia constitucional brasileira**. Rio de Janeiro: FGV.
POCHMANN, Marcio et al. (orgs.) (2005) **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez. (Atlas da exclusão social, 5).
RAMIREZ, Alejandro; RANIS, Gustav & STEWART, Frances (1998) **Economic growth and human development**. Oxford: Queen Elisabeth House. (Working Paper, 18).
RIJCKEGHEN, W. van (1967) **Relações interindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. (Cadernos IPEA, 2).